

# FMI autoriza bancos credores a renovar os créditos ao Brasil

21 AGO 1985

Brasília — O Fundo Monetário Internacional (FMI) já deu sinal verde aos bancos credores, para que renovem as linhas de crédito ao Brasil. Os bancos haviam concedido uma prorrogação até o final deste mês, pela qual o Brasil só deveria pagar os juros da dívida, ficando suspensas as amortizações.

No momento, falta ao País definir novas metas com o FMI e os bancos credores aguardavam uma definição do Fundo para ampliar a prorrogação concedida ao Brasil. Com este sinal verde, cuja informação chegou ontem ao Governo brasileiro, haverá condições de se acertar com o Fundo as metas para 1986, que integrarão o novo acordo (stand-by), segundo uma fonte da área econômica.

O assessor técnico do Presidente da República para assuntos de economia, Luis Paulo Rosenberg, indagado ontem se o Brasil e o FMI poderiam acertar um acordo até outubro, respondeu: "que acordo? o Brasil não está negociando acordo para este ano com o Fundo. Se for o acordo para 1986, é até possível que seja acertado ainda este ano".

Ontem pela manhã, Rosenberg falou com o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que teve um encontro em Paris com o diretor do FMI, Jacques

de Larosière, e disse que as informações que recebeu de Dornelles indicam que os entendimentos com o Fundo permanecem inalterados. O Governo brasileiro poderá enviar no início de setembro uma missão técnica a Washington, dependendo dos entendimentos do Ministro da Fazenda com o diretor do FMI.

Em Paris, o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, declarou que as metas para a economia brasileira em agosto e setembro causaram boa impressão ao Fundo Monetário Internacional e, com isso, o acordo com os bancos credores para manutenção de linhas de 16 bilhões de dólares em financiamento de curto prazo, que vence a 31 de agosto, será prorrogado.

O Ministro da Fazenda afirmou que o acordo com o FMI será fechado antes do dia 19 de outubro, embora tenha dito que o Brasil não queria assumir compromissos sem ter certeza de poder cumpri-los. Dornelles negou que existam divergências entre o Brasil e o Fundo sobre a redução do déficit público. "Temos todo o interesse de reduzir o déficit do setor público, diminuir a inflação e ter superávits comerciais elevados. Estes são os objetivos brasileiros e não as exigências do FMI", afirmou Dornelles.